

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com



Agenda normal

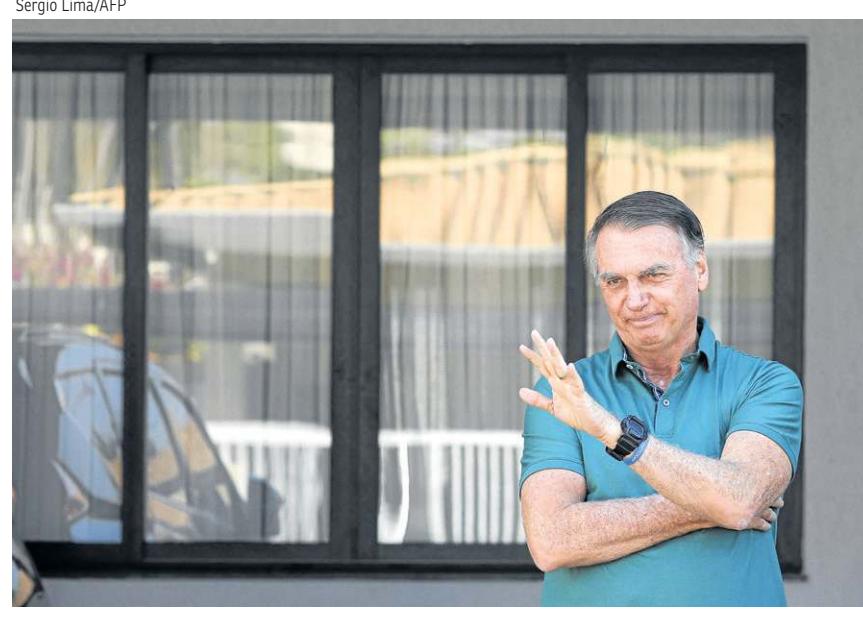
O governador Ibáneis Rocha (MDB) cumpriu normalmente a agenda nos últimos dias. Muita gente apostou que ele se recolleria depois da repercussão provocada pela Operação Compliance Zero. Falou sobre o assunto com jornalistas. Furou a bolha.



Sem compromisso

Nos bons tempos de Paulo Henrique Costa como presidente do BRB, um grupo de empresários de Brasília procurou a vice-governadora Celina Leão (PP) com pedido para que ela o mantivesse no cargo, caso fosse eleita governadora. Ela não se comprometeu.

Senadores apontam deficiências na Papuda que colocam em risco a vida de Bolsonaro



Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro fazem um esforço concentrado para evitar a transferência dele para o Complexo Penitenciário da Papuda. Depois da visita da senadora Damares Alves (Republicanos-DF), ao lado dos senadores Eduardo Girão (Novo-CE), Marcio Bittar (PL-AC) e Izalci Lucas (PL-DF), a Comissão de Direitos Humanos do Senado apresentou relatório sobre as condições do sistema prisional do DF: "A diligência evidenciou deficiências estruturais e procedimentais que comprometem a segurança e a dignidade humana no atendimento médico aos detentos da Papuda".

Responsabilização

No relatório, os quatro senadores sustentam que "a manutenção de condenados em estabelecimentos prisionais inadequados e incondizentes com a sua condição de saúde peculiar pode representar uma livre e consciente assunção do risco morte e ensejar a adequada responsabilização".



Quadro grave de saúde

Os senadores Damares Alves (foto) — presidente da Comissão de Direitos Humanos do Senado —, Izalci Lucas, Marcio Bittar e Eduardo Girão, todos aliados de Jair Bolsonaro, recomendam que o ex-presidente cumpra a pena imposta pelo Supremo Tribunal Federal (STF), de 27 anos e três meses, em regime domiciliar, devido à "gravidade de seu quadro de saúde". É de se destacar que recentemente, em 16 de setembro de 2025, o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro foi levado às pressas para o hospital pelos policiais penais que monitoraram sua residência por conta de um episódio de vômito, crise forte de soluço e baixa pressão arterial", registraram os senadores.



Despedida

As diretorias da Seccional do Distrito Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF) e da Caixa de Assistência dos Advogados do Distrito Federal (CAADF) divulgaram nota em que lamentam a morte do advogado Marlon Tomazette. Ele era procurador da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, professor titular do Centro Universitário de Brasília (Ceub), além de docente da Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e do Instituto Brasiliense de Direito Público.

"O que Alexandre Ramagem e Eduardo Bolsonaro merecem agora é, ou a prisão no Brasil, ou a miséria em um país no qual não são ninguém, não exercem autoridade alguma e vivem de favor"

Deputada Erika Hilton (PSOL-SP)

"Anistia é um remédio que pode ser aplicado pelo Congresso Nacional para corrigir distorções e para pacificar o país. Já foi usada outras vezes e, agora, cabe ser usada novamente"

Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ)



Zeca Ribeiro/Câmara dos Deputados

Ed Alves/CB/D.A. Press

Acompanhe a cobertura da política local com [@anacampos_cb](#)

»Entrevista | DANIELA BITTENCOURT | PESQUISADORA DA EMBRAPA

Ao CB.Poder, especialista falou sobre a decisão da Anvisa, que autorizou a Embrapa a realizar estudos com a planta em projetos voltados às áreas medicinal e industrial. Segundo ela, Brasil está atrasado com relação a outros países nessa área

“Cannabis é uma cultura agrícola”

» MARIA EDUARDA LAVOCAT

Autorização concedida pela Anvisa, nesta quarta-feira, para que a Embrapa realize estudos com a planta Cannabis sativa foi o tema do CB.Agro, parceria entre o Correio Braziliense e a TV Brasília, de ontem.

Na conversa com os jornalistas Mariana Niederauer e Roberto Fonseca, a pesquisadora e secretária-executiva do Comitê

Permanente de Assessoramento da Diretoria de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa em Cannabis, Daniela Bittencourt, destacou que a permissão para as pesquisas pode transformar a planta em uma nova cultura agrícola no país, além de impulsionar o desenvolvimento de tecnologias e abrir espaço para novos setores da indústria nacional. Confira, a seguir, os principais trechos da entrevista.

Qual o impacto dessa decisão da Anvisa para a pesquisa com cannabis no Brasil?

A Embrapa discute esse tema internamente há algum tempo. Criamos um grupo de trabalho para avaliar o potencial da planta no agro e, a partir disso, estruturamos um programa de pesquisa em cannabis, por entendermos a importância de participar desse debate. Afinal, é uma cultura agrícola. Com a autorização, abre-se uma grande oportunidade para oferecer respaldo técnico as discussões que hoje pautam a regulamentação da cannabis no Brasil.

Um dos pontos mencionados

na decisão é a ampliação e o fortalecimento da cadeia produtiva. Como isso funciona hoje no país e de que forma a pesquisa pode contribuir?

Hoje, não podemos dizer que existe uma cadeia produtiva estruturada, já que o cultivo da cannabis é proibido no Brasil. Nossa objetivo é desenvolver toda a cadeia, do plantio ao produto final, tanto no uso medicinal quanto no industrial. O cânhamo, por exemplo, permite a extração de fibras de alta resistência, com potencial para diversas áreas da indústria e para a criação de novos biomateriais. Fortalecer essa cadeia



significa gerar informação tecnológica, desenvolver cultivares específicas e aprimorar sistemas de cultivo, ações que podem agregar valor, gerar empregos e atender novos setores. A ciência tem muito a contribuir nesse processo.

No caso da Embrapa, como o trabalho começa? Quais serão os primeiros passos?

A autorização abrange três projetos estruturantes em três unidades da Embrapa. O primeiro, da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, trata da criação do banco de germoplasma e da caracterização genética, etapa essencial para o melhoramento genético. Os outros dois seguem nessa linha: a Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (RS), conduzirá o melhoramento para fins medicinais; e a Embrapa Algodão, em Campina Grande (PB), para fins industriais.

de germoplasma e da caracterização genética, etapa essencial para o melhoramento genético. Os outros dois seguem nessa linha: a Embrapa Clima Temperado, em Pelotas (RS), conduzirá o melhoramento para fins medicinais; e a Embrapa Algodão, em Campina Grande (PB), para fins industriais.

Existe a perspectiva de parcerias internacionais?

Não tem como ignorar. Estamos atrasados em relação a alguns países que estudam cannabis há décadas. Então, para ganharmos

Há um processo em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que trata da regulamentação do plantio do cânhamo para fins medicinais. Como esses dois temas se conectam?

O prazo para essa regulamentação foi prorrogado pela Anvisa para 31 de março de 2026, dada a complexidade do tema. Esperamos uma norma inclusiva, que contemple não só a cannabis medicinal, mas, também, o cânhamo industrial, fibras, sementes, biomateriais e o aproveitamento de coprodutos, como a biomassa resultante da extração de flores. Há, ainda, o uso veterinário, igualmente relevante. Para avançar em todas essas frentes, a regulamentação é essencial.

Essa regulamentação poderia ser mais ampla?

Ela pode e deveria ser mais ampla. Isso traria tranquilidade e segurança jurídica para todo o setor.

Aponte a câmera e assista à íntegra da entrevista